



GT 72. Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos

Coordenador(es):

Raquel Mombelli (NEPI)

Cintia Beatriz Muller (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A presente proposta é um convite do Comitê Quilombos ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a regularização dos territórios das comunidades dos quilombos e de reconhecimento sociocultural, inclusão sociopolítica e de promoção da igualdade racial. Propõe-se analisar os retrocessos da política de demarcação e regularização das terras de quilombo e as implicações de sua atual paralisação promovida pelo atual Governo Federal, aos direitos quilombolas e à democracia étnico racial no país. Pretende-se ainda estimular a produção de três tipos de análise: 1º) o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas; 2º) a análise dos conflitos socioambientais deflagrados por grandes projetos nos territórios quilombolas; 3º) Avaliações críticas dos avanços a partir dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos;

Em busca da singularidade: a construção de um currículo diferenciado em uma escola quilombola

Autoria: David Gonçalves Soares (UFF - Universidade Federal Fluminense), Antônio Jorge Gonçalves Soares Kalya Maroun

A literatura sobre educação escolar quilombola tem demonstrado inúmeras imprecisões desta categoria. Do ponto de vista analítico, como descreve Arruti (2017): "a educação escolar quilombola não é nem uma realidade da qual possamos propor um retrato preciso, nem uma proposta pedagógica específica ou uma política pública definida". Para Maroun e Carvalho (2017), que analisaram duas escolas quilombolas, as experiências de educação escolar quilombola podem se mostrar tão distintas quanto o processo de formação e autoatribuição das próprias comunidades. Se a realidade tem sugerido que as experiências educacionais quilombolas são múltiplas, todavia deve-se perguntar: que características e mecanismos gerais encontramos na construção dessa educação diferenciada que a distingue da educação convencional? Como avaliar seus efeitos, tanto para a luta quilombola, como para a escolarização das crianças e adolescentes quilombolas e não-quilombolas que frequentam a mesma escola? Com base nestas questões o work descreve o processo de construção de um currículo quilombola? seus atores, significados, valores e dilemas que enfrenta - em um estudo de caso na Escola Municipal Quilombola Dona Rosa Geralda, município de São Pedro Aldeia (RJ). A construção dessa escola atendeu a uma antiga demanda da comunidade Botafogo-Caveira, ainda anterior ao reconhecimento formal das comunidades de remanescentes, inaugurado com a Constituição de 88. Foi somente em 2013, com a comunidade já certificada como remanescente, que a escola passa a ser finalmente ofertada. Segundo nossas observações, a escola vem desde então congregando novos significados para seus membros, tanto em relação ao currículo escolar quanto à luta pela melhoria de suas condições e regularização de suas terras. A construção de seu currículo parece representar um significativo ponto de convergência para a construção de uma nova cultura e tradição quilombola local. Parte da literatura tem demonstrado como danças e festas têm sido (re)construídas para fortalecer a etnicidade e promover a coesão cultural e social desses grupos (Maroun, 2016; Lara et. al., 2009; Arruti, 1997). Neste estudo de caso, analisamos como a escola vem ocupando um espaço privilegiado para o desenvolvimento da (re)construção



étnica da comunidade, ao mesmo tempo que esbarra em tensões e limites pela intersecção desse sentido com as funções precípuas da escolarização básica. Pois, no caso da educação diferenciada quilombola, a relação comunidade-escola ganha novos contornos na medida em que inverte a função típico-ideal do modelo de escola republicana, a de valorização de um conjunto de valores e de princípios não grupais e percebidos como universais (Dubet, 2011), pela revalorização e afirmação de identidades diferenciadas e localistas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: